

A prática imperialista romana em Sagunto: debates e releituras sobre o processo de anexação

The Roman imperialist practice in Saguntum: debates and reinterpretations on the annexation process

Carlos Eduardo da Costa Campos*

Resumo: O processo de anexação territorial romana, como observado no caso de Sagunto, é um exemplo claro das práticas imperialistas romanas. Sagunto, parte da Hispânia Citerior e, posteriormente, da Hispânia Tarraconense, materializa como Roma implementou o seu controle através da reconstrução urbana e da cooptação das elites locais. A cidade, devastada por Cartago durante a Segunda Guerra Púnica, foi reconstruída pelos romanos, que utilizaram estratégias como a instalação administrativa e a criação de um “município” para integrar a população ao sistema de poder romano. A anexação não era um processo homogêneo, variando conforme as necessidades políticas, econômicas e estratégicas de Roma. Esse processo também refletia a complexidade e variabilidade das relações entre Roma e as sociedades subjugadas, evidenciando a importância de se considerar a especificidade histórica e cultural na análise do imperialismo romano.

Abstract: The process of Roman territorial annexation, as observed in the case of Sagunto, is a clear example of Roman imperialist practices. Sagunto, part of *Hispânia Citerior* and, later, *Hispânia Tarraconensis*, illustrates how Rome implemented its control through urban reconstruction and the co-option of local elites. The city, devastated by Carthage during the Second Punic War, was rebuilt by the Romans, who used strategies such as administrative installation and the creation of municipalities to integrate the population into the Roman power system. Annexation was not a homogeneous process, varying according to Rome's political, economic, and strategic needs. This process also reflected the complexity and variability of the relationships between Rome and the subjugated societies, highlighting the importance of considering historical and cultural specificity in the analysis of Roman imperialism.

Palavras-chave:
imperialismo;
anexação romana;
Sagunto.

Keywords:
imperialism;
Roman annexation;
Sagunto.

Recebido em: 21/05/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Docente de História Antiga da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFMS e do Programa de Mestrado em Antropologia Social da UFMS. Coordenador do Laboratório ATRIVM/UFMS. Pesquisador do Museu Histórico Nacional, do Museu de Arqueologia da UFMS e investigador estrangeiro colaborador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Bolsista de produtividade PQ2 do CNPq.

A questão das ações imperialistas romanas é amplamente discutida em diversas fontes, desde livros e artigos até cursos de graduação e extensão, tanto no Brasil como internacionalmente. Como exemplos de trabalhos que abordam o imperialismo romano, apontamos os estudos de Moses Finley, em *Empire in the Greco-Roman World* (1978); de Regina Bustamante, Norma Mendes e Jorge Davidson, no artigo *A experiência imperialista romana: teorias e práticas* (2005); e de Craige Champion e Arthur Eckstein, no livro *Roman imperialism readings and sources* (2008). No entanto, o tema não oferece apenas uma lente única para estudo, pois apresenta uma infinidade de possibilidades de análise, incluindo conflito, negociação, interação cultural, entre outras. No caminho das interações culturais, observamos os processos de anexação territorial de Sagunto ao Império Romano, que será o foco de discussão deste texto. Em nossos escritos, vamos aplicar o arcabouço teórico referente às práticas do imperialismo que foram propostas pelo intelectual Edward Said (1995).

Compreendemos o processo de expansão romana como um tema complexo, no qual as ações ofensivas e defensivas variavam de acordo com os interesses e contexto histórico. Assim, urbanismo, cunhagem, cultura, economia, política e determinadas práticas aristocráticas para a legitimação do *status social* devem ser problematizados em conjunto, ampliando a visão na elaboração das análises sobre o imperialismo romano, principalmente no que concerne ao nosso recorte temporal, compreendido entre os séculos II a.C. e I d.C. As visões sobre o imperialismo no que tange à defesa territorial e ao fluxo ofensivo para a conquista de territórios e benefícios econômicos não devem ser analisadas de forma antagônicas, como em muitos casos pode parecer para os pesquisadores da cultura romana. As ações defensivas e ofensivas eram, em algumas ocasiões, práticas complementares, e seu emprego variava de acordo com o contexto político-cultural de Roma. Passemos para os estudos da integração romana via anexação, que será o nosso viés de análise no que diz respeito à sociedade saguntina.¹

O processo de anexação territorial na historiografia

Observamos, nos textos históricos de Theodor Mommsen, *Römische Geschichte* (1976); Tenney Frank (1914), *Roman Imperialism*; e Ernest Badian, *Foreign clientelae (264-70 BC)* (1958) e *Imperialism in the Late Republic* (1968), que houve uma inclinação no campo da História em rejeitar a análise do processo de anexação territorial romana,

¹ O presente texto proporciona uma atualização e ampliação do debate acerca da anexação romana territorial que se encontra nos estudos de Campos (2013).

devido às possibilidades de intervenções não diretas. Segundo esses escritores, Roma teve diversas ocasiões para realizar anexações territoriais, e nem sempre o fez.

Nota-se que o questionamento dessa tese começou na década de 1960, e se acentuou a partir de 1970. Michael Rostovtzeff (1983, p. 149-150), em sua obra *Rome*, que foi publicada em 1960, ressalta que, até o século III a.C., Roma desempenhou uma política que evitava a anexação. Contudo, a partir do século II a.C., o Senado passou a desempenhar ações imperialistas consideradas como agressivas e que incluíam a incorporação de territórios para promover a entrada de riquezas.

Andrew Erskine (2010, p. 4) salienta que os estudos imperialistas sobre anexação e conquistas territoriais estabelecidos por Edward Said influenciaram vigorosamente os estudos romanos e produziram a pujança das análises provinciais, a partir da segunda metade do século XX e do começo do século XXI. Convergindo com Erskine, Andrew Gardner (2024, p. 1) salienta o papel da teoria pós-colonial, em 1990, e da teoria da globalização, nos anos 2000, nas diferentes perspectivas contemporâneas sobre o imperialismo que floresceram em finais do século XX. Para Gardner (2024, p. 1), o estudo da cultura material também se tornou um tópico de interesse interdisciplinar nos últimos anos, o que produziu novas abordagens sobre as relações sociais, levando, assim, à revisão de temas nos estudos romanos.

Como exemplo dessas transformações historiográficas do século XX, temos Paul Veyne (1975). O autor ressaltou que a expansão romana foi forçada por uma série de decisões pragmáticas baseadas no critério da autopreservação. Moses Finley (1978, p. 5), por sua vez, analisou a anexação como um tema controverso na área da historiografia. Na visão do autor, o movimento anexador foi uma prática realizada na Antiguidade e na Era Moderna. Todavia, sua aplicação variou ao longo do tempo e da região. Pontuamos que tal vertente imperialista foi utilizada por Roma com maior ênfase nos territórios ocidentais. Entretanto, também ocorreu naqueles lugares que representavam um ponto estratégico ou que dispunham de recursos materiais interessantes para o segmento dirigente de Roma, como foi o caso de Sagunto.

A revitalização da questão do imperialismo romano, de forma mais abrangente, surgiu a partir da obra de William Harris, *War and Imperialism in Republican Rome* (1989). O autor defende que os romanos tinham a intenção consciente de expandir seus territórios ultramarinos, movidos, em parte, pelo interesse na obtenção de lucros. Com o tempo, as ideias de Harris geraram uma série de contra-argumentos, alguns dos quais tentaram reiterar as explicações “estabelecidas” ou apresentar variantes de sua tese.

Mediante análises sobre as produções de Whittaker (1994), notamos que as relações de Roma com as áreas provinciais foram centradas na interação com a elite

local. Sendo assim, na perspectiva do autor, estabeleceu-se, no Império, um tipo de relacionamento fundado na troca de poder e riqueza, estruturado pela rede de alianças políticas e sociais que conectava o centro político e as áreas periféricas, proporcionando, assim, uma integração econômica e cultural no Mediterrâneo Antigo.

Philip Freeman (1998, p. 32) argumenta que Roma moldava o seu processo de integração a qualquer tipo de especificidade referente ao território do seu interesse. Freeman destaca que havia uma tradição historiográfica, ao longo do século XX, que retratava os romanos absorvendo formalmente os territórios conquistados através de um processo sistemático que envolvia: a frase "*redacta in formam provinciae*" (reduzido ao *status* de uma província), a promulgação de *leges provinciae* (leis provinciais) e o envio de *decem legati* (dez senadores). Entretanto, Freeman desafia essa visão, argumentando que a frase "*redacta in formam provinciae*" foi usada, retrospectivamente, por autores posteriores, e não indica um processo formal de anexação.

Freeman (1998, p. 46-47) indica que a criação de províncias foi um processo gradual e, muitas vezes, improvisado, influenciado por vários fatores, ao invés de uma política sistemática. Ele enfatiza a importância de contextualizar as evidências e evitar a imposição de concepções modernas sobre eventos antigos. O autor sugere uma reavaliação das evidências sobre a anexação romana, instando os pesquisadores a considerarem a complexidade e variabilidade do processo. Ele conclui que o crescimento do Império Romano não foi impulsionado pelo desejo de criar províncias, mas foi o resultado de uma série de decisões pragmáticas em resposta às necessidades e circunstâncias imediatas.

Andrew Erskine (2010), seguindo uma linha semelhante à de Freeman, Whittaker e Finley, destaca que os romanos, com certa frequência, exerciam seu poder sobre outros povos, sem, necessariamente, interferir no cotidiano desses territórios. Segundo Erskine (2010, p. 6), as *relações interestatais*, que optamos por denominar de *interprovinciais*, dos romanos com os demais povos, estavam presentes em tais sociedades, mesmo sem a anexação territorial destas.

Até o século III a.C., por exemplo, o que contava era a obediência às ordens romanas, e isso poderia funcionar tanto fora de uma estrutura provincial quanto dentro dela, como apontado por Finley, Whittaker e Erskine. Porém, no século II a.C., essa concepção de poder, provavelmente, foi se transformando, e o Império dos romanos passou a ser, com maior frequência, dividido em províncias, o que sinalizou uma mudança gradual na forma como o poder era representado a partir de ordens das estruturas institucionais (Erskine, 2010, p. 39).

Complementando os apontamentos de Erskine, recorremos aos escritos de Arthur Eckstein (2006), pois ele frisa que, devido às conquistas da República romana no

Mediterrâneo Antigo, a *anarquia de poder* foi perdendo espaço para o que podemos denominar de *sistema de unipolaridade* (a partir do século II a.C. até a desagregação do Império Romano do Ocidente). A conceituação oriunda da Ciência Política nos possibilita compreender que Roma passou a configurar-se como ator predominante nas interações políticas, militares e econômicas estabelecidas pelas cidades-estados que permeavam o Mar Mediterrâneo. O autor utiliza o termo interações estatais para definir o processo de relação através do comércio, da política, do militarismo, entre outros, produzido pelas cidades-estados na Antiguidade. Contudo, optamos pelo termo interações entre cidades-estados como conceituação mais aceita pela historiografia (Eckstein, 2006, p. 7-8). Faz-se necessário ressaltar que temos noção de que cada cidade-estado, governada ou aliada ao poder romano, teve um processo de contato cultural específico.² Por isso, não partilhamos de uma perspectiva homogeneizante.

Ao retomarmos nossas reflexões sobre Andrew Erskine (2010, p. 4), destacamos o pressuposto de que Roma formulou um espaço geográfico amplo através de um processo gradual de expansão e de produção de zonas de ação. Erskine demarca que o sistema de poder romano foi vivenciado de distintas formas pelos povos que foram subjugados, desde a sua expansão na Península Itálica, no século IV a.C., e após a conquista do Mediterrâneo, com a Segunda Guerra Púnica, no século III a.C. Logo, Erskine (2010, p. 50) explica que não há como agirmos de forma reducionista e homogeneizante ao tecermos estudos sobre tal empreitada romana. O autor prossegue nos advertindo, afirmando que devemos ter rigor acadêmico ao aplicar à Antiguidade tal concepção anexadora, pois o Império Romano apresentou diversos contrastes em sua construção.

Como vertente aproximada, podemos mencionar as análises de Norberto Guarinello (2006, p. 17-18). Ele nos alude que, ao problematizarmos a historicidade do Império Romano, percebemos que este foi o ponto culminante de uma longa História expansionista, e que representou um fenômeno de integração no Mediterrâneo Antigo, pois Roma se sobrepôs às cidades-estados, aldeias e impérios. Uma das chaves para esse fenômeno é a relação entre integração e diversidade na área imperial. Imersos em tal perspectiva de expansão romana, concordamos com a tese de Moses Finley (1978, p. 4), segundo a qual os romanos agiram como imperialistas sempre que as oportunidades se colocavam diante deles ou lhes era interessante em dado contexto, porém, jogando com as demandas das elites locais.

² Na visão de Laraia (1986, p. 99-100), o contato cultural seria um encontro entre dois ou mais grupos culturais, que poderia ocorrer ou não de forma traumática.

Ao nos apropriarmos dos escritos de Edward Said (1995, p. 37) e adaptarmos o seu arcabouço teórico a Roma, percebemos que o ponto central do conceito de imperialismo é a forma de se “pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, as quais estão distantes e que são possuídas e habitadas por outros”. Logo, o que se nota no caso romano, principalmente a partir do século II a.C., é uma preocupação com a aquisição e manutenção das terras subjugadas, não apenas como um símbolo de poder e de glória romana. Como, em muitos casos, elas já se encontravam habitadas, tornou-se necessário um aparato para o controle e preservação dessas áreas, o que se deu, por exemplo, por meio da instalação de exércitos permanentes e/ou de uma administração, além da cooptação do elemento nativo. A partir do que foi frisado por Said e cotejando com as informações de Moses Finley (1978, p. 2-4), verificamos que ambos nos possibilitam pensar a complexidade da política imperialista romana, pois esta poderia ocorrer via intervenção anexadora ou através da formulação de áreas de influência, mediante a colaboração da elite nativa.

Ao nos remetermos às pesquisas de William Harris (1989, p. 131), o que verificamos é uma crítica ao viés historiográfico que rejeita as medidas de anexação que foram efetuadas por Roma. O historiador em questão menciona que poucos foram os casos em que o Senado romano, ao se deparar com uma conjuntura favorável para a anexação, renegou-a. Para Harris, as anexações fora da Península Itálica foram um sistema complexo de controle, manutenção e exploração.

Outras colaborações significativas para os estudos provinciais e sobre os seus processos de anexação territorial foram feitas, nos anos 1990, através da publicação da obra *Roman imperialism: Post-colonial perspectives*, de Webster e Cooper (1996), seguida por *Dialogues in Roman imperialism*, de Mattingly (1997). Tais obras permitiram abrir um novo horizonte de análise sobre o agenciamento e interações provinciais.

Desse modo, é possível pontuarmos que a anexação via implantação de um sistema de governo permanente nas áreas subjugadas floresceu a partir do século II a.C. Tal recurso gerou um instrumento romano de preservação do poder e extração de insumos, que podemos demarcar tanto em forma de bens materiais (como ouro, prata ou grãos), e, também, através de recursos humanos para serem incorporados às legiões, com os revoltosos sendo reduzidos à condição de escravos.

Chama-nos a atenção o fato de o termo *província* ter apresentado modificações em seu sentido ao longo do tempo. Logo, percebemos que tal conceito era utilizado tanto no período republicano, para designar a função ou comando de um magistrado, quanto para se referir a determinada área geográfica. A assertiva se fundamenta nas passagens de Tito Lívio (III, 25, 9; VI, 30, 3; XXIV, 9, 5; XXVII, 22, 2). Richardson (2004, p. 5-6) frisa que,

no século I a.C., autores clássicos, como Cícero, nos levam à compreensão de “província” como uma área geográfica sob o controle romano, e que possui estabelecidas, em sua organização social, as instituições de Roma. No período do *princeps* Augusto (27 a.C.-14 d.C.), o sentido de extensão geográfica atribuído às províncias foi um ponto importante para o projeto político dos envolvidos no sistema do Principado,³ para a consolidação e a integração daquilo que ficou conhecido, nas palavras de Tácito (*Historiae*, I, 16), como *immensus imperii corpus* (imenso corpo imperial). Logo, caracterizamos a província como uma área anexada, que estava subordinada a uma série de magistrados (*proconsules* ou *propretores*), os quais exerciam o seu poder de *imperium* por um período delimitado e sem hereditariedade. Além disso, em alguns casos, poderia haver uma tropa posicionada para conter eventuais revoltas (Harris, 1989, p. 131). Tais magistrados seriam eleitos pela *comitia centuriata* (Assembleia das Centúrias) sobre o território que seria de sua competência.⁴

Claude Nicolet (1982, p. 100) evidencia que, com a anexação e a formação das províncias, Roma conseguiu captar recursos tributários consideráveis para o período. Os principais insumos enviados das províncias para Roma eram oriundos da exploração de metais preciosos e do cultivo de cereais. Podemos notar que, na perspectiva do autor, a conquista romana estava atrelada aos fatores econômicos. Para Michael Kulikowski (2004, p. 2-3), as Hispâncias, durante os séculos III e II a.C., foram incorporadas em tratados e, posteriormente, anexadas, por representarem um ponto estratégico para a disseminação do controle romano no Mediterrâneo Antigo Ocidental, para além da simples obtenção de recursos. A localização das Hispâncias permitia aos romanos adentrarem as Gálias, a Norte, assim como se dirigirem ao norte da África em sua empreitada imperial. Além de Kulikowski, John Richardson (2004, p. 1) está de acordo em demarcar o ano de 197 a.C. como o do início da ocupação romana através do envio de *praetores* e da formulação da *Hispania Citerior e Ulterior*, como mecanismo de atrelamento à dinâmica política romana.

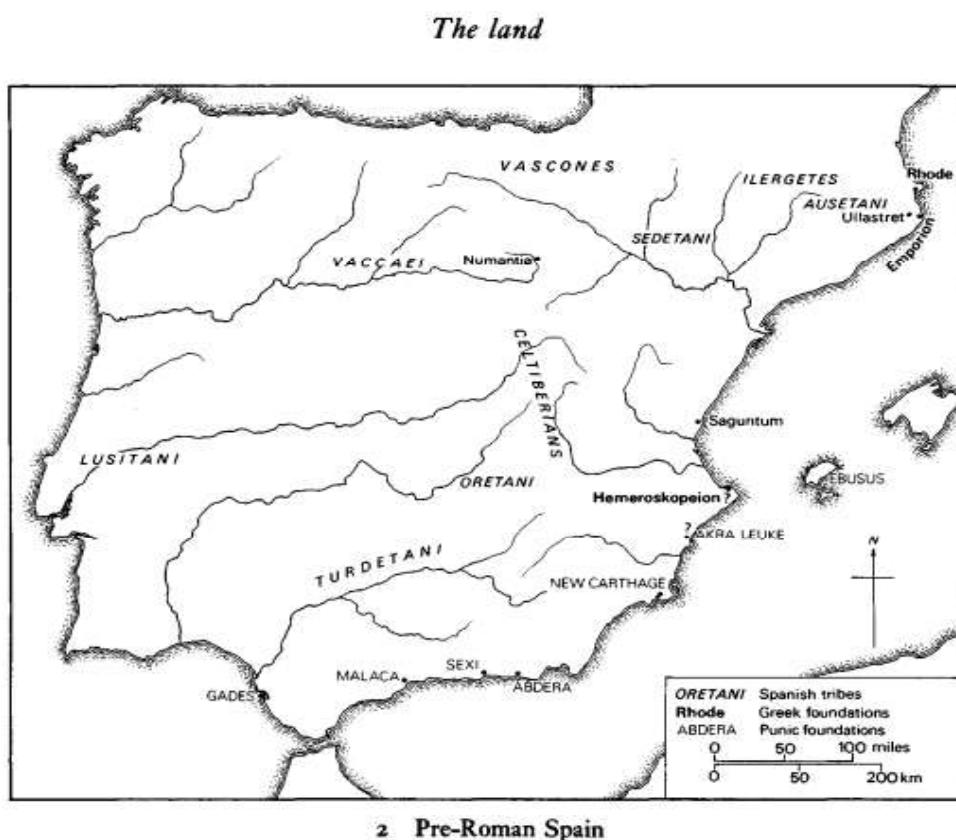
³ O Principado, elaborado por Augusto, pode ser visto como um sistema político em que a figura do *princeps* (primeiro dos cidadãos) concentra os poderes políticos e religiosos em si, bem como em seus apoiadores. Foi implantado para apaziguar a competição aristocrática pelos altos postos de comando, em um contexto no qual a guerra por expansão ficou cada vez mais esporádica (Erskine, 2010, p. 42). Possivelmente, tal mecanismo foi engendrado para evitar a retomada de um forte conflito político no interior da própria Roma, visto que tal processo vinha se desenrolando no século I a.C., com os confrontos entre César e Pompeu e, posteriormente, entre Caio Otávio e Marco Antônio.

⁴ Sobre as assembleias existentes no mundo romano, as quais atuavam ao lado do Senado, são necessárias algumas observações históricas. De acordo com Renata Lopes Biazotto Venturini (2001, p. 219), havia, em Roma, os *comitia curiata*, que atuavam nas áreas que hoje vemos como relacionadas ao direito civil e que, além da competência citada, também conferiam, na maior parte dos casos, o poder de *imperium* ao magistrado selecionado. Os *comitia tributa* eram as assembleias responsáveis por buscar benefícios para a população e detinham funções consideradas atualmente como legislativas e eleitorais. O *concilium plebs* era o conselho responsável pela seleção dos tribunos e edis. Por último, podemos ressaltar os *comitia centuriata*. Tal esfera de poder, em sua matriz, possuía um caráter militar e foi adquirindo, ao longo do Período Republicano, funções de nível jurídico e político, como notamos na Hispânia.

O processo de anexação territorial de Sagunto

Uma das antigas regiões provinciais que podemos evidenciar com fortes marcas do imperialismo romano é Sagunto, cuja localização pode ser verificada no mapa abaixo (Figura 1). Seu território fez parte da Hispânia Citerior e, posteriormente, da Hispânia Tarraconense (atualmente integra Valência, na Espanha). Todavia, notamos que há certa escassez de análises sobre o tema de sua reconstrução pelos romanos, havendo um maior foco historiográfico na destruição da cidade por Cartago, no período da Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.).

Figura 1 – Mapa da Península Ibérica Pré-Romana



Fonte: Richardson (2004, p. 13).

Sagunto aparece como alvo de análises históricas, no século II a.C., através do autor grego Políbio de Megalópole. No livro III de suas *Histórias*, Políbio nos apresenta a região saguntina como um dos principais motivos para a disputa entre Roma e Cartago, durante a Segunda Guerra Púnica. Políbio (III, 15) se refere a Sagunto usando o termo Zacânta, em grego (*Zákavθα*), e aponta que a região foi, em seus primórdios, uma

apoikia helênica oriunda de Zákinthos (Ζάκυνθος).⁵ Tal região fazia parte das ilhas Jônicas e, atualmente, está situada no território grego de Zante. Hansen e Nielsen (2004, p. 374-375) nos fornecem mais dados, ao indicar que Zákinthos pertenceu miticamente aos domínios de Odisseus. Além de Políbio, podemos indicar, entre os séculos I a.C. e I d.C., os trabalhos de Tito Lívio, sobretudo o Livro XXI de sua *História de Roma*. Assim como Políbio, o autor latino centra-se nas relações políticas entre Roma e Cartago em torno do território saguntino, fornecendo elementos históricos sobre a sociedade de Sagunto. Tito Lívio foi um dos primeiros escritores romanos a denominar, em latim, o território como *Saguntum* e, aos seus habitantes, como *saguntini*. Quanto ao processo de reconstrução de Sagunto, Tito Lívio (XXI, 16) apenas menciona que Roma teria assumido a missão de reconstruir a cidade devido à destruição ocasionada.

Ao prosseguirmos em nossas análises sobre as menções a Sagunto pelos gregos, recorremos ao autor latino Plínio, o Velho, e, em específico, à sua obra *História Natural*, por meio da qual aprofundamos nossos estudos. De acordo com Plínio (*Naturalis historia*, XVI, 79, 246), a cidade de Sagunto foi fundada pelos helenos, 200 anos antes da queda de Troia, em meados do século XIII ou XII a.C. Sobre a reconstrução, verificamos que há um silenciamento nos textos escritos por Plínio.

Outro autor clássico que nos possibilita estabelecer análises sobre a *civitas* de Sagunto é Apiano de Alexandria. O escritor nasceu em Alexandria, no Egito, e era de matriz cultural grega. Viveu, possivelmente, entre os séculos I e II d.C. Apiano (*Iberiké*, 7) ressalta que os saguntinos são oriundos de Zákinthos (Ζάκυνθος), região que se vincula à Hélade. Além disso, Apiano (*Ib.*, 12-14) concorda com Políbio e Tito Lívio, ao indicar que um dos principais elementos para a Segunda Guerra Púnica foi a devastação cartáginesa do território saguntino, que era aliado de Roma.

Em Sagunto, notamos a materialidade da anexação romana através da integração dos membros de sua elite, que foram reconduzidos ao poder por Roma, no final do século III a.C. Tito Lívio (XXVIII, 39, 1-9) nos fornece indícios de que os saguntinos enviaram à cidade de Roma uma embaixada contendo dez representantes, os quais teriam uma função similar à dos senadores romanos. Diante do caos gerado pela destruição de seu núcleo urbano pelos cartágineses, os governantes de Sagunto são apresentados, no discurso líviano, como decididos a ampliar as relações já existentes entre Sagunto e a área de influência romana, para conseguir maiores privilégios, como a reconstrução da

⁵ Sob a ótica dos autores Sophie Montel e Airton Polinni (2005), a *apoikia* possui como característica o fato de não ser dependente da sua metrópole, de apresentar cultura similar a esta, assim como a possibilidade de manter relações econômicas ou não.

região, devido à sua condição de aliada de Roma.⁶ A medida romana é consonante com os estudos de Said (1995, p. 40), que comprehende o “imperialismo” como uma gama de atitudes que foram e/ou são empregadas por um centro de poder para manter o controle dos territórios, muitas vezes alocados em regiões distantes. Além disso, Said (1995, p. 42), em seus escritos sobre as práticas imperialistas modernas, já nos advertiu sobre uma ação totalmente aplicável à Antiguidade: o fato de que um império é sustentado por ambos os grupos dirigentes envolvidos na dinâmica imperialista.

Dessa forma, verificamos, em Sagunto, um sistema de *colaboração política* entre as elites locais e o centro do poder romano,⁷ o que evidencia um pacto conservador que manteve os dirigentes locais das áreas imperiais unidos por séculos (Guarinello, 2006, p. 16-17). Apesar de estarmos trabalhando por meio dos escritos dos próprios romanos sobre uma sociedade ibérica, devemos frisar que os apontamentos sobre Sagunto em Tito Lívio (XXI), Plínio, o Velho (*NH*, III, 4, 20), Políbio (*Hist.*, III), Apiano (*Ib.*, 7-13) e Pompônio Mela (*Chorografia*, II, 6, 92), por exemplo, em diversas passagens, indicam que seus cidadãos foram exemplos de *fides* para com Roma, não mencionando possíveis revoltas dos habitantes do território contra seus dominadores.

A resposta romana para a solicitação saguntina é exposta por Tito Lívio (XXVIII, 39) da seguinte maneira: “O Senado respondeu aos legados de Sagunto que a recuperação de sua cidade seria, para todos os povos, um exemplo de fidelidade mútua entre os dois aliados”. O acordo foi ratificado em termos religiosos, possivelmente no templo da tríade capitolina – Júpiter, Juno e Minerva –, como vemos na narrativa de Lívio (XXVIII, 39), neste trecho: “os atos generosos por eles praticados foram aprovados pelo Senado, que permitia que os enviados depusessem suas oferendas no Capitólio”. Para Arthur Eckstein (2006, p. 16), há uma tendência natural, por parte das cidades-estados, de buscar uma supremacia de poder e fazer alianças políticas quando se encontram em meio ao sistema anárquico.

A exemplo do que ocorreu com Sagunto, outras regiões das Hispâncias foram se aproximando da dinâmica de poder romano, após o século III a.C. John Richardson (2004, p. 1) argumenta que a Hispânia foi um cenário de práticas de clientelismo político, realizadas por Pompeu Magno e Júlio César, durante os finais do regime republicano

⁶ Não é tarefa dos profissionais de História avaliar se as atitudes dos saguntinos e dos romanos foram corretas para eles ou não. O historiador francês Lucien Febvre (1998, p. 25-26) já havia nos advertido de que não nos cabe, na condição de pesquisadores, julgar os acontecimentos e as ações dos personagens históricos, mas sim refletir sobre os processos que transcorrem ao longo da História; em nosso caso, a cidade de Sagunto.

⁷ Como *colaboração política*, compreendemos o processo de estabelecimento de alianças e a consequente *cooptação política* efetuada entre dois grupos, no qual, geralmente, um dos envolvidos –ou até mesmo uma coligação – apresenta uma preponderância política, econômica, bélica e/ou cultural sobre o outro ou outros (Said, 1995, p. 40).

em Roma, no século I a.C. Logo, fica perceptível que a Península Ibérica foi objeto de diversas formas de controle romano, que visavam a assegurar os seus domínios sobre a região. Assim, podemos definir tais práticas como imperialistas, já que, para manter sua preponderância, foram utilizadas redes de aliança nas Hispâncias (Kulikowski, 2004, p. 1).

Michael Kulikowski (2004, p. 3-6), por sua vez, frisa que, com Augusto (27 a.C.-14 d.C), o sistema administrativo romano se intensificou nas Hispâncias, e o estreitamento das relações políticas se ampliou com a prática imperialista. Para tal empreendimento, Augusto teria remodelado as províncias hispânicas, redividindo o que era a antiga *Hispania Citerior* em província *Tarracensis*, e o que era conhecido como *Hispania Ulterior*, foi desmembrado nas províncias da *Baetica* e da *Lusitania*. O autor pontua que essa diferenciação representava a diversidade de interesses romanos no território e a visão heterogênea que já havia, naquele período, para a política de administração das Hispâncias.

Uma das principais ações augustanas foi o empenho na criação de municípios nas áreas submetidas, como um mecanismo de integração sociopolítico e, também, de exploração econômica. No que tange ao estatuto de município, qualquer cidade que o recebesse deveria remodelar seu centro urbano, com a finalidade de ficar de acordo com a realidade romana em termos políticos, sociais e religiosos. Logo, a presença de fóruns, templos, termas, além dos cargos da magistratura, eram todos elementos vitais para a obtenção e manutenção do estatuto jurídico de município romano (Mangas, 2001, p. 10). Assim, um município é uma comunidade que foi constituída e organizada de uma forma determinada, não sendo somente um agrupamento de famílias que foram enviadas por uma metrópole. Seus cidadãos são os *municipes*, cuja terminologia se refere à natureza política, social e econômica da comunidade. Para Gerardo Pereira-Menaut (2000, p. 12), um *municipium* tem suas atividades em torno dos seus cidadãos e deve se concentrar nos recursos destes para o pleno funcionamento da comunidade.

Plínio, o Velho (*NH*, III, 3, 20), no século I d.C., faz alusão a Sagunto como um *municipium civium romanorum*.⁸ Josep Corell (2002, p. 78-79) lista uma inscrição honorífica da região de Valência, na Espanha, por meio da qual notamos a condição de município de Sagunto no final do século I a.C. Na inscrição, também vemos que se trata de uma homenagem dos cidadãos saguntinos a Augusto. Com base nessa perspectiva, houve uma transformação sociojurídica, de modo que Sagunto passou à condição de *municipium civium Romanorum*, no final do século I a.C. (Estarán Tolosa, 2022, p. 135-

⁸ Segundo Geza Alföldy (1987, p. 92-93) e Josep Corell (2002, p. 19), os estudos etimológicos estabelecidos a partir dos escritos de Plínio, o Velho, e da documentação epigráfica, denotam que o termo *oppidum*, que aparece recorrentemente na obra *História Natural*, equivale à terminologia *municipium*, ao se referir ao estatuto das cidades das Hispâncias.

158).⁹ Essa transformação impactou diretamente a composição da magistratura e dos colégios sacerdotais locais, o último tema de análise neste artigo.

Ressaltamos que a intervenção romana no ambiente físico acabou por modificar esse lugar e, dessa forma, delineou manifestações culturais específicas no local, validando as práticas de dominação (Pearson; Richards, 2005, p. 3-4). Esse apontamento aproxima-se dos estudos de Richard Sennett (1997, p. 15), no livro *Carne e pedra*, no qual o autor destaca que as experiências corporais das pessoas, no dia a dia, deixam marcas significativas no ambiente, assim como na estrutura e no planejamento urbano, que precisam ser analisados pelos estudiosos. Adicionalmente, o próprio ambiente atua como um elemento de organização sensorial dos seres humanos, de acordo com a sua disposição.

Louise Revell (2024, p. 123) argumenta que o urbanismo deve ser visto como uma das características marcadoras das práticas imperialistas romanas, em seus processos de anexação. A autora sugere que a materialidade do urbanismo romano reflete as prioridades e preocupações das pessoas que construíram as cidades. Revell (2024, p. 124) frisa que, na parte ocidental do Império, o urbanismo deve ser visto como uma imposição dos poderes imperiais e uma forma de lidar com a complexidade administrativa dos seus territórios. Logo, edificar uma cidade romana era fomentar a *Romanidade*, ainda que o agenciamento indígena viesse a ressignificar esses espaços.

Não é viável estabelecer e preservar um sistema de governo sem a necessidade de sua materialização, representada pelo uso do espaço, como na construção das cidades e na elaboração dos edifícios e monumentos, que carregam consigo significados simbólicos e intenções profundas. Em nossas pesquisas, partimos do pressuposto de que houve uma utilização estratégica dos espaços urbanos para atrair e unir a população local ao novo sistema de poder implementado – no caso em questão, na região íbero-romana de Sagunto. Diante disso, a anexação territorial resultou na remodelação espacial do poder por meio da construção do teatro, do fórum, de templos e da própria inserção da dinâmica política, administrativa, econômica e religiosa (Nuez; Monserrat; Maestro, 2020, p. 779-789).

⁹ Há uma historicidade nas relações entre os saguntinos e Otávio Augusto. Tanto que Nicolau de Damasco (*Vita Caesaris*, FGrH 90 F., 127, 12) narra a entrada daquela população na esfera de influência do *princeps*, desde os tempos de Júlio César. Assim, Nicolau ressalta que: “os saguntinos vieram a Otávio pedindo ajuda, pois havia uma série de acusações contra eles. Ele atuou como seu porta-voz, e, falando perante César, habilmente garantiu a libertação das acusações que esses sofriam. Ele os enviou para casa muito contentes, cantando seus louvores; todos chamavam-no de seu salvador. Então, muitas pessoas se aproximaram dele para pedir o seu patrocínio, e ele se mostrou de grande valor para eles. Alguns aliviou das acusações feitas contra eles; para os outros, ele garantiu recompensas, e ele ainda colocou outras pessoas em cargos do Estado. Sua bondade, humanidade e prudência eram reveladas nesses encontros, pois todos observavam suas ações. Na verdade, até o próprio César cautelosamente [lacuna]”.

Considerações finais

Diante das transformações culturais observadas, é evidente que as cidades romanas desempenhavam um papel central na integração da sociedade. No entanto, é crucial destacar que a vida urbana, nas províncias, enfrentava uma constante tensão e negociação entre a identidade romana e as tradições locais.

Nos ambientes urbanos, especialmente em espaços como o teatro, os cidadãos interagiam com as instituições de poder e com as formas de educação, além de apreciarem a monumentalidade, que refletia sua identidade, seu povo, sua sociedade e suas tradições. Isso reforçava a distinção entre “nós” e “os outros”. As peças teatrais e seus edifícios, portanto, devem ser vistos para além de sua função de entretenimento, pois eram manifestações de pensamento e arenas de disputa pelo poder. Esses elementos são fundamentais para compreender o agenciamento provincial e são centrais nas pesquisas e no ensino sobre a História Antiga romana.

Em suma, percebemos que a divisão em províncias foi um meio de manter o controle político externo romano nas áreas do Mediterrâneo Antigo e, assim, valer-se de mecanismos como a diplomacia ou a guerra para ter seus interesses obtidos. Para Andrew Erskine (2010, p. 61), o urbanismo romano e o processo de cooptação de uma elite local eram agentes facilitadores do processo de estabelecimento do poder nas regiões provinciais.

Assim, podemos ver as províncias, e, por consequência, a construção ou reconstrução de cidades como a materialização do poder de Roma sobre os territórios que apresentam uma posição importante para os romanos, seja econômica, política ou militar. Em virtude do exposto, notamos que a reedição da cidade de Sagunto foi uma forma de integração do local à dinâmica de poder romano.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1912-1913. v. 1-4.
- NICOLAUS OF DAMASCUS. *Nicolaus of Damascus' life of Augustus: a historical commentary embodying a translation*. Translated by Clayton Morris Hall. Massachusetts: Kessinger Legacy, 1923.

- PLINY THE ELDER. *The Natural History*. Translated by John Bostock. London: Taylor and Francis, 1855.
- POLYBIUS. *Histories*. Translated by Evelyn S. Shuckburgh. Bloomington: Indiana University, 1962.
- POMPONIUS MELA. *Chorographie*. Texte établi, traduit et annoté par Alain Silberman. Paris: Les Belles Lettres, 1988.
- TACITE. *Histoires*: Livre I. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier et Henri Le Bonniec, annoté par Joseph Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 2002. t. 1.
- TITO LÍVIO. *História de Roma*. Tradução de Mônica Vitorino e Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

Documentação epigráfica

CORELL, J. *Inscripcions romanes del país Valencià: Saguntum i el seu territori*. Valencia: Universidad de Valencia, 2002. v. 1.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. *Römisches Städteswesen auf der neukastilischen*. Heidelberg: Universitätsverlag Winte, 1987.
- BADIAN, E. *Foreign clientelae (264-70 BC)*. New York: Oxford University, 1958.
- BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: Blackwell, 1968.
- BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CAMPOS, C. E. C. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C.-I d.C.)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CHAMPION, C. B.; ECKSTEIN, A. Introduction: the study of Roman imperialism. In: CHAMPION, C. B. (ed.). *Roman imperialism: readings and sources*. Massachussets: Blackwell, 2008, p. 1-15.
- ECKSTEIN, A. M. *Mediterranean anarchy, interstate war, and the rise of Rome*. Berkeley: University of California, 2006.
- ERSKINE, A. *Roman imperialism: debates and documents in Ancient History*. Edinburgh: Edinburgh University, 2010.

- ESTARÁN TOLOSA, M. J. The epigraphy and civic identity of Saguntum. *Pyrenae*, v. 53, n. 1, p. 135-158, 2022.
- FEBVRE, L. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FINLEY, M. Empire in the Greco-Roman World. *Greece & Rome*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1978.
- FRANK, T. *Roman imperialism*. New York: The Macmillan Company, 1914.
- FREEMAN, P. On the annexation of provinces to the Roman Empire. *Classics Ireland*, v. 5, p. 30-47, 1998.
- GARDNER, A. Introduction: Roman Archaeology and the materiality of Empire. In: TANNER, J.; GARDNER, A. (ed.). *Materialising the Roman Empire*. London: University College London, 2024, p. 1-18.
- GUARINELLO, N. L. O Império Romano e nós. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socieconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 13-19.
- HANSEN, M. H.; NIELSEN, T. *An inventory of archaic and classical poleis*. Oxford: Oxford University, 2004.
- HARRIS, W. V. *Guerra e imperialismo en la Roma Republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1989.
- KULIKOWSKI, M. *Late Roman Spain and its cities*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 2004.
- LARAIA, R. B. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MANGAS, J. *Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana*. Madrid: Arco, 2001.
- MATTINGLY, D. J. (ed.). *Dialogues in Roman imperialism*. Portsmouth: Oxbow Book, 1997.
- MOMMSEN, T. *Römische Geschichte*. München: Dt. Taschenbuch-Verl, 1976.
- MONTEL, S.; POLINNI, A. Colonização grega no Ocidente através do exemplo de Poseidonia. *História e-História*, 2005.
- NICOLET, C. *Roma y la conquista del mundo mediterráneo (264-27 a. de J.C.)*. Barcelona: Labor, 1982.
- NUEZ, J. B.; MONSERRAT, J. M. M.; MAESTRO, J. J. F. Comentarios acerca de la transformación del paisaje urbano de *Saguntum* en época romana. In: CRUZ, P. M.; SÁNCHEZ, C. J. M. (ed.). *Exemplum et spolia: la reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, p. 779-789.
- PEARSON, M. P. P.; RICHARDS, C. Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. In: PEARSON, M. P. P.; RICHARDS, C. (ed.). *Architecture and order: approaches to social space*. New York: Routledge, 2005, p. 1-66.

- PEREIRA-MENAUT, G. Prólogo. In: ÁLAVA, E. O. U. *Las comunidades hispanas y el derecho latino*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 2000, p. 11-14.
- REVELL, L. Empire and urbanism in Ancient Rome. In: TANNER, J.; GARDNER, A. (ed.). *Materialising the Roman Empire*. London: University College London, 2024, p. 123-146.
- RICHARDSON, J. S. *Hispaniae*: Spain and the development of Roman imperialism (218-82 BC). Cambridge: Cambridge University, 2004.
- ROSTOVTEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SENNETT, R. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental São Paulo: Record, 1997.
- WEBSTER, J.; NICHOLAS. J. C. (ed.). *Roman imperialism*: post-colonial perspectives. Leicester: University of Leicester, 1996.
- WHITTAKER, C. R. *Frontier of the Roman Empire*. London: The Johns Hopkins University, 1994.
- VENTURINI, R. L. B. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. *Acta Scientiarum*, v. 23, n. 1, p. 215-222, 2001.
- VEYNE, P. Y a-t-il eu un impérialisme romain? *Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)*, t. 87, n. 2, p. 793-855, 1975.